

O Encontro entre o rei Carlos IV e o príncipe D. João em Elvas e Badajoz (1796)

ANTÓNIO VENTURA*

Ao longo da nossa História comum de tantos séculos, registaram-se diversos encontros entre Chefes do Estado portugueses e espanhóis, motivados pelas mais diversas razões. Na época contemporânea, e só até à proclamação da República em Portugal, em 1910, ocorreram algumas visitas régias que recordamos sem pretendermos ser exaustivos: do então Infante D. Luís (futuro rei de Portugal, de regresso de uma viagem a Itália) a Isabel II (1865); de Afonso XII a Portugal (1882), que teve em D. Juan de Dios de la Rada y Delgado o seu cronista oficial¹; de D. Luís a Espanha (1883); de D. Carlos a Espanha (1883, ainda como Príncipe, 1892, 1895, 1902, 1905 e 1906); de Afonso XIII a Portugal (em 1903 e em 1909); de D. Manuel II a Espanha (1909).

O objecto deste artigo é um episódio invulgar nessa sequência de encontros régios, porque, neste caso, a visita dos Príncipes do Brasil a Espanha e a retribuição dos Reis Católicos com a sua deslocação a Portugal decorreram em apenas três dias, no mês de Janeiro de 1796! Esclareçamos, antes de mais, que em Espanha reinava Carlos IV e Maria Luísa, enquanto que, em Portugal, reinava teoricamente Maria I. Teoricamente, porque a soberana, que padecia de doença mental, estava incapacitada desde 1792 de exercer as suas funções. O filho primogénito, D. João, que ostentava o título de Príncipe do Brasil, governava de facto desde 10 de Fevereiro daquele ano, sem contudo

* Professor da Universidade de Lisboa. Director do Centro de História da Universidade de Lisboa. Académico correspondente da Academia Portuguesa da História.

¹ D. Juan de Dios de la Rada y Delgado: *Vieja de SS. MM. Los Reyes de España á Portugal en el mes de Enero de 1882*, Madrid, Imprenta y Fundición de M. Tello, 1883.

assumir o título de regente, continuando todos os actos a ser praticados em nome da rainha. Comprovada a impossibilidade de recuperação de D. Maria I, D. João passou a usar o título de Príncipe Regente desde 15 de Julho de 1799, figurando o seu nome em todos os documentos oficiais e até nas moedas que se começam a cunhar naquele mesmo ano, primeiro em prata, depois em cobre (1800) e em ouro (1802). No entanto, ele só será rei em 1816, com o nome de D. João VI, após a morte de sua mãe, ocorrida a 20 de Março daquele ano no Rio de Janeiro.

D. João casara em 9 de Junho de 1785 com Carlota Joaquina, filha do futuro rei de Espanha Carlos IV, num acordo negociado entre D. Maria I e Carlos III, na sequência de uma política de alianças peninsulares que remontava a D. João V, e que se concretizou no casamento de dois filhos seus com princesas espanholas: do príncipe herdeiro, futuro rei D. José I, com D. Mariana Vitória, filha de Filipe V, e de Maria Bárbara de Bragança, com Fernando VI, tendo a troca de noivas sido realizada no Caia a 10 de Janeiro de 1729, com a presença dos soberanos das duas monarquias peninsulares e de um luzido e faustoso acompanhamento de milhares de pessoas². Essa política continuou até culminar com os casamentos, em Setembro de 1816, em Cádiz, do rei de Espanha, Fernando VII, e de seu irmão D. Carlos Maria Isidro, com as infantas portuguesas Maria Isabel e Maria Francisca de Assis, filhas de D. João VI.

Em 1796, os Reis Católicos e os Príncipes do Brasil encontravam-se em Elvas e em Badajoz³, num momento em que a Europa sofria as consequências da Revolução Francesa e as relações entre Portugal e Espanha também eram dramaticamente condicionadas por alianças exteriores à Península. Esse encontro, que decorreu em duas partes, uma em Badajoz e outra em Elvas, teve lugar entre dois momentos fulcrais: a conclusão da Paz de Basileia, que pôs fim à Guerra do Russilhão, entre a Espanha -com ajuda portuguesa- e a França, e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que aproximou aquelas dois países numa aliança política e militar, cinco anos antes do conflito de

² Ver Eurico GAMA: “Troca de Princesas no Caia”, Lisboa, Separata de *Ocidente*, Volume LV, 1958pp. 143 a 164.

³ Publicámos já dois estudos sobre este episódio da história peninsular: “O Encontro entre os Reis Católicos e os Príncipes do Brasil na Fronteira do Caia em 1786”, in *I Congresso Internacional do Caia e Guadiana*, Elvas, edição da Câmara Municipal de Elvas, 2003, pp. 21 a 36, e “Uma Cimeira Ibérica em 1796”, separata de *CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nº 6, Nova Série, 2002, pp. 143 a 164.

1801 -a Guerra das Laranjas- entre Portugal e Espanha. Foi um dos raros encontros, ao longo da nossa história comum, entre os governantes dos dois estados ibéricos.

O ENQUADRAMENTO

As repercussões da Revolução Francesa chegaram, naturalmente, à Península Ibérica. Em Espanha, Carlos IV sucedera em 1793 a seu pai, Carlos III, quando em França se agudizava a crise. O novo monarca espanhol manteve no seu cargo o conde de Floridablanca, ministro que adoptou uma política cautelosa face aos acontecimentos franceses, não deixando, porém, de tomar medidas para preservar a Espanha de qualquer influência negativa, com um reforçado controlo da imprensa e uma vigilância acrescida sobre as fronteiras e os cidadãos franceses, em especial os numerosos comerciantes residentes em Espanha. A partir de 21 de Setembro de 1789, o Santo Ofício foi encarregado de reprimir as ideias revolucionárias. A posição da Espanha era, aliás, contraditória. Por um lado, manifestava um claro repúdio pelas ideias e pelas práticas revolucionárias, por outro, persistiam nos círculos do poder tendências que defendiam a manutenção do antigo Pacto de Família, agora em novos moldes.

Em Portugal também se seguia com atenção o que se passava em França, mantendo a Corte de Lisboa uma posição neutral. Mas, em contraste com o que sucedia em Espanha, a *Gazeta de Lisboa* publicava, frequentemente, notícias sobre evoluir da revolução. A correspondência do nosso embaixador em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho⁴, era muito objectiva e por vezes mostrava compreensão para com as transformações operadas em França.

A Espanha também tomou medidas de carácter militar, embora meramente defensivas, mostrando-se o conde de Floridablanca receptivo às propostas no sentido de uma coordenação da intervenção armada em França. A 26 de Abril de 1790 ocorreu uma alteração do ministério espanhol, que

⁴ Veja-se D. Vicente de Sousa Coutinho: *Diário da Revolução Francesa*, leitura diplomática, enquadramento histórico-cultural e notas de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990. Compare-se com a visão do embaixador espanhol em Paris: Rosário Prieto, *La Revolución Francesa vista por el Embajador de España Conde de Fernán Nuñez*, Madrid, Fundación Universitaria Española, Col. Documentos Históricos nº 16, 1997.

continuou a ser tão hostil em relação à França como o seu antecessor, mas eram gritantes as contradições entre as declarações anti-revolucionárias e a concretização dessa mesma política. A Espanha e a França estavam ligadas pelo Pacto de Família, celebrado em 1761, e, embora ele fosse dinástico e as circunstâncias tivessem mudado em Paris, a verdade é que para muitos o pacto continuava válido e os monarcas no poder continuavam a ser Bourbons. Por esse facto, Madrid solicitou ajuda à França quando se viu confrontada com a instalação de estabelecimentos ingleses na baía de Nootka, nas costas do noroeste da América. Os incidentes começaram com o apresamento pelos espanhóis, naquela região, do navio inglês *S. Lourenço*, não se dando o governo britânico por satisfeito com a pronta devolução do navio, exigindo uma reparação suplementar. Tudo não passara de um pretexto que encobria os verdadeiros propósitos do governo britânico: obrigar a Espanha a firmar um tratado de comércio e navegação. Era isso que estava na base das ameaças que o governo inglês fazia ao espanhol, de que resultou ser este obrigado a mandar reforçar o seu poderio naval. Esta atitude levou a Inglaterra a pedir explicações à Espanha, e neste momento o velho Pacto de Família funcionou, mesmo nas condições excepcionais resultantes da revolução: a França enviou à Espanha um socorro de doze naus de linha e de seis fragatas. A ruptura entre Madrid e Londres, com a possível eclosão de uma guerra parecia inevitável, a não ser que a Espanha cedesse por completo às pressões inglesas e concluísse um tratado de comércio. Foi nesta conjuntura que Portugal tentou jogar um papel de mediador, tendo-se o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, futuro visconde de Balsemão, oferecido para mediar o conflito, oferta feita à corte de Madrid, por meio do embaixador português, D. Diogo de Noronha, ao mesmo tempo que fez a Londres idêntica proposta, por meio do encarregado de negócios de Portugal, Cipriano Ribeiro Freire. D. Diogo comunicou-lhe que o conde de Floridablanca se mostrava receptivo à proposta e muito satisfeito por ver que as desavenças entre as cortes de Madrid e de Londres iam tomar para o seu país uma direcção favorável com a mediação de Portugal. Luís Pinto de Sousa, habilmente, fez acreditar que fora a Inglaterra quem solicitara a mediação de Portugal, enquanto o embaixador inglês em Madrid mostrava uma conduta contrária, nada comunicando das suas negociações ao embaixador português.

O diferendo entre a Inglaterra e a Espanha solucionou-se em Outubro de 1790, sem que o governo português soubesse da negociação, que assentou no abandono de Espanha de uma parte das suas pretensões. A 28 de Fevereiro de 1792, Floridablanca era demitido e substituído pelo conde de Aranda, em

resultado de pressões da rainha Maria Luísa, de Manuel Godoy e também das manobras do enviado francês, Jean François Bourgoing, que pretendia obter de Carlos IV uma posição mais favorável para com a França. Após as jornadas revolucionárias de 10 de Agosto de 1792, que provocaram a queda da realeza, o governo espanhol preparava-se para a guerra. Aranda fora, entretanto, demitido a 17 de Novembro de 1792 e substituído por Manuel Godoy que fazia desta forma a sua entrada no primeiro plano da política espanhola. Mas a “neutralidade armada” que vinha sendo praticada em relação à França só foi quebrada após a morte de Luís XVI, ocorrida a 21 de Janeiro de 1793, unindo-se então Carlos IV à coligação europeia antifrancesa.

Madrid declarou guerra à França a 23 de Fevereiro de 1793 -que retribuiu a 7 de Março seguinte- organizaram-se três corpos de exército -um em Guipúzcoa e Navarra, outro em Aragão -ambos com carácter defensivo- e o terceiro na Catalunha, que invadiu território francês, sob o comando do general D. António Ricardos. Portugal, que assinara tratados de aliança com a Espanha (15-7-1793) e com a Inglaterra (26-9-1793), enviou 6000 homens comandados pelo tenente-general John Forbes Skellater, que embarcaram para a Catalunha em Setembro de 1793. As forças aliadas obtiveram êxitos iniciais, mas essas vitórias foram de curta duração. Novos reforços franceses deslocados da frente leste permitiram a Paris contra-atacar em 1794, expulsando o invasores do seu território e entrando, por sua vez, em Espanha. Foram ocupadas posições es-tratégicas como S. Sebastián e a fortaleza de Figueras, tida como inexpugnável, o mesmo sucedendo, em 1795, às cidades de Bilbao e Vitória.

Os resultados catastróficos da campanha levaram o governo de Madrid a inflectir a sua política, receoso dos efeitos nefastos que a entrada das tropas republicanas pudessem ter na Catalunha e noutros territórios onde existia uma certa receptividade às ideias revolucionárias. Era preciso negociar para deter o rumo dos acontecimentos. Os primeiros contactos entre os governos francês e espanhol surgiram ainda quanto os combates decorriam, em Setembro de 1794, e foram retomados de uma forma mais efectiva no início de Maio de 1795. Um acordo não era tarefa fácil, uma vez que a França pretendia obter ganhos territoriais em Guipuzcoa e nas colónias americanas, enquanto que Godoy, inicialmente, só pretendia um armistício que lhe permitisse ganhar tempo para reorganizar as forças espanholas. Contra ele jogava o descontentamento popular e as dificuldades financeiras que afectavam o próprio exército, com a falta de pagamentos aos soldados. Nos arsenais também não se pagava, como sucedeu no de Ferrol, onde há cinco meses os operários não

recebiam salários e se tinham registado graves incidentes. Como sempre sucede nesse tipo de negociações, a França acabou por baixar a parada, retirando algumas das exigências iniciais, o que possibilitou um avanço nas conversações.

No dia 30 de Julho de 1795 chegava a Madrid o correio de Basileia que levava o tratado de paz assinado no dia 22. Ora sucede que Portugal, aliado da Espanha nessa guerra travada em território estrangeiro, nem sequer foi informado das negociações que decorriam em Basileia, como também não teve conhecimento da conclusão do tratado. No entanto, circulavam na Corte de Madrid os mais diversos rumores quanto às negociações em curso, de tal modo insistentes, que o embaixador português inquirira junto do Godoy, em Janeiro de 1795, sobre tal matéria que era, aliás, publicamente noticiada nas gazetas holandesas e italianas, tendo o ministro negado categoricamente a existência de qualquer contacto com a França. Mais ainda: garantiu ao diplomata que a celebração de uma paz em separado com Paris não estaria de acordo com a aliança que existia entre a Espanha e Portugal, e que, se tal acontecesse, o embaixador de Portugal em Madrid seria avisado do andamento dessas negociações. Nos finais de Março de 1795 chegou ao quartel-general espanhol um oficial francês que foi recebido pelo general D. José Urrutia, tendo este expedido para Madrid um correio. Espalhou-se a notícia de que a paz estava a ser negociada. De novo D. Diogo de Noronha procurou obter informações junto de Manuel Godoy, ao que este respondeu que ainda não era tempo de fazer a paz. Em posterior conferência, tornou o mesmo embaixador a perguntar qual era o motivo da vinda do oficial francês ao quartel-general espanhol em Gerona, sendo muito estranho estar o governo espanhol a dar passos para uma paz com a França, sem que ele, embaixador de Portugal, tivesse disso conhecimento. Godoy respondeu

“que por ora não julgava ser ainda tempo de tratar disto; mas que no caso de querer tratar desta negociação, tinha quase a certeza de a poder concluir: que o que desejava saber era, se chegasse esse ponto, o que pensaria fazer a corte de Lisboa, sendo bom que ele embaixador lhe tocasse nisto na sua correspondência com ela”⁵.

⁵ Simão José da Luz Soriano, *Sim História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Paramentar em Portugal*, Primeira Época, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 595.

A isto respondeu logo D. Diogo, que sendo constante a sua corte no sistema de fidelidade que adoptara e do qual se não separaria, a sua conduta seria obrar de comum acordo com as duas cortes suas aliadas, a de Londres e Madrid. A esta resposta replicou o duque com enfado:

*“Que isto seria bom, se a Inglaterra tivesse procedido de boa fé; porém que o não tinha feito assim, e que as coisas se tinham posto em, estado de ser preciso tomar algum partido”*⁶.

Por estas declarações já se podia suspeitar que alguma coisa havia de negociações com a França, e que se ao embaixador português não tinha sido feita qualquer comunicação, era provavelmente por julgar o governo espanhol que a Corte de Lisboa poderia informar a de Londres do que estava a suceder. Apesar das negativas oficiais, a convicção de que havia negociações de paz era geral. Pela sua parte, o embaixador inglês mostrava alguma inquietação e oficiava à sua corte, comunicando que, embora o duque de Alcudia lhe tivesse dito que Madrid continuaria com a guerra, era voz corrente que a paz estava para breve. Efectivamente, as conversações decorriam em Basileia, sendo a Espanha representada por D. Francisco Iriarte, que fora ministro da Espanha na Polónia, e a França por François Barthélemy, antigo secretário da embaixada em Londres e representante francês na Suíça. Godoy mantinha a negativa, e ainda em Junho reiterava a D. Diogo de Noronha que se alguma coisa houvesse sobre tal assunto, a Corte de Lisboa não podia deixar de ser contemplada nos acordos a firmar. No dia 5 de Agosto Godoy confirmou-as ao mesmo D. Diogo de Noronha, mas nada lhe dava ainda por decidido a 11 do dito mês de Agosto, quando, no dia 9, tinha já expedido para Basileia um correio com a ratificação do tratado de paz, que no dia 22 de Julho já tinha sido assinado na mesma cidade, entre a Espanha e a França. Parece ter sido esta a razão pela qual D. Diogo de Noronha pediu a sua demissão de embaixador de Portugal em Madrid.

A promulgação da paz foi feita solenemente em Madrid no dia 5 de Setembro, e em todas as praças e lugares; houve três dias de gala na corte com luminárias, com geral satisfação. No dia 9 de Agosto chegara ao exército aliado ordem da corte de Madrid para a definitiva suspensão das hostilidades, ordem que o exército francês também já tinha pela sua parte. No dia 4 de

⁶ Idem.

Setembro levantou o campo o exército português, indo-se aquartelar em Bañolas. No final mês de Setembro as tropas começaram a concentrar-se, enquanto se aprontavam os transportes que tinham de o conduzir para Portugal. A 28 de Outubro teve lugar o embarque na mesma cidade de Barcelona. No dia seguinte saíram as 27 embarcações, transportando 3800 homens, dando entrada no Tejo nos dias 10 e 11 de Dezembro do mesmo ano de 1795, desembarcando alguns corpos no mesmo dia em Lisboa, onde foram recebidos no meio do mais vivo entusiasmo.

Durante os contactos havidos em Basileia, a França mostrou-se disposta a avançar ainda mais para a celebração de um tratado de aliança com a Espanha. No decurso das conversações, os negociadores franceses tinham recebido instruções nesse sentido que Godoy também acolhia favoravelmente. Os dois plenipotenciários, Iriarte e Barthélemy, começaram a trabalhar a partir de Julho de 1795 e, a 10 daquele mês, Iriarte declarava que estava munido de plenos poderes para celebrar um tratado de aliança, se bem que fosse necessário, antes de mais, concluir a paz. Um acontecimento inesperado atrasou o processo: Iriarte adoeceu em Outubro, regressou a Espanha e acabou por falecer pouco depois, e o seu sucessor, Vallejo, não prosseguiu com as negociações do tratado de aliança. Mas a paz foi assinada em Basileia. Godoy, que foi um dos arquitectos da guerra, era agora aclamado como fautor da paz, podendo recolher os frutos desse acto. A sua popularidade subiu e o próprio rei o agraciou com título de Príncipe da Paz a 5 de Setembro de 1795. De novo se coloca a questão da aliança com a França, mas Manuel Godoy queria agir com muito cuidado, ponderando as vantagens e desvantagens da sua celebração. Existia em Espanha uma inimizade histórica contra a Inglaterra, mas ambos os países estiveram lado a lado contra a França e continuavam unidos pelo tratado de aliança ofensiva e defensiva de 25 de Maio de 1793. Durante a guerra contra a França, as forças armadas inglesas e espanholas colaboraram, sobretudo no mar, nomeadamente nas operações na Córsega e em Toulon. Mas também é verdade que nem tudo correu bem nessa aliança anglo-espanhola, com alguns incidentes ocorridos na América. A Espanha desconfiava, e com razão, das ambições inglesas naquele continente. Ora com a Paz de Basileia tudo se alterou. O gabinete inglês ficou furioso com a celebração da paz em separado entre a Espanha e a França, e o embaixador, John Stuart, Earl of Bute, pediu explicações ao governo de Madrid, recebendo, em lugar de justificações, recriminações contra o comportamento inglês considerado pouco amistoso para com a Espanha. Os sinais de deterioração das relações entre a Inglaterra e a Espanha acentuaram-se, chegando Bute a não acompanhar o restante corpo

diplomático nas felicitações a Carlos IV pela assinatura da paz. Mas a Inglaterra também não queria mostrar uma hostilidade demasiadamente evidente que poderia resultar contraproducente e empurrar Madrid para os braços da República Francesa. Godoy tinha consciência do melindre da situação e que uma ruptura com a Grã-Bretanha seria perigosa. Em carta a Iriarte de 11 de Setembro de 1795, Manuel Godoy considerava que a guerra com a Grã-Bretanha era inevitável, e que a aliança com a França devia ser assinada antes de ocorrer a previsível ruptura com Londres. Não obstante a pressa do Príncipe da Paz, os negociadores vão demorar ainda um ano até à celebração do tratado porque, em boa verdade, persistia um sentimento de desconfiança da Espanha para com a França revolucionária. A monarquia espanhola continuava a ser arcaica e conservadora, apesar da modernização levada a cabo por Carlos III. No seu conjunto, o contraste com a nova França era gritante.

Existiam, porém, outros factores justificativos da lentidão demonstrada pelo governo de Madrid. Um dos mais importantes foi a prudente reacção inglesa face à paz de Basileia. Embora muito desagradado com a atitude espanhola, o embaixador inglês pediu explicações, de modo vigoroso, exigindo informações sobre as conversações para uma aliança com a França. Godoy respondeu de uma forma evasiva, propondo-se até mediar a paz entre a Grã-Bretanha e a França, em que se poderia ponderar a troca de Gibraltar por S. Domingos, o que foi recusado. Londres tudo fez para evitar uma ruptura entre os dois países. A Espanha, na sua qualidade de potência naval, não podia ser menosprezada, uma vez que contava com 60 naus de linha, 60 fragatas e mais de uma centena de outros barcos de guerra. Nada mais negativo para os ingleses do que passarem a enfrentar uma esquadra considerável, como a espanhola, ao lado da francesa, relativamente controlada, tanto mais que era necessário concentrar forças navais britânicas na América para reprimir as revoltas de negros nas Antilhas Jamaica, Saint-Vincent e Granada.

Embora as conversações com a França tivessem recomeçado no Inverno de 1795-1796, Godoy ainda reflectia sobre a possibilidade de manter a aliança inglesa, o que comunicou a diversos diplomatas estrangeiros... Por outro lado, a situação política interna complicara-se, com o esfriamento das relações do Príncipe da Paz com os reis e a descoberta da conspiração contra si urdida por algumas figuras eminentes da Corte, que teria como objectivo colocar em seu lugar o célebre explorador Alejandro Malaspina. Episódio obscuro, mas que originou diversos exílios e prisões. Embora triunfante, Godoy tinha consciência de que pisava um terreno difícil, e que a oposição aristocrática, chefiada pelo

ausente mas sempre presente Conde de Aranda, prosseguia as suas intrigas. Por isso mesmo, procurou o apoio do Directório, e a melhor forma de o obter era retomar as negociações para a formalização do tratado.

Em Junho de 1796, a Grã-Bretanha ainda assegurava ao governo espanhol que garantiria à Espanha todas as suas possessões, e prometia compensações financeiras se ela rompesse com a França. Mas era tarde de mais.

Em Itália, a rápida evolução da situação militar, com as vitórias de Napoleão, foi outro elemento a influenciar a política espanhola para com a França. Carlos IV tinha um interesse muito especial nos assuntos italianos, em particular nos que diziam respeito ao Ducado de Parma -Fernando de Parma era primo de Carlos IV e irmão da rainha, e um filho seu, Luís, casara em 1795 com uma infanta de Espanha, Maria Luísa-, a Nápoles -o rei Fernando IV era irmão de Carlos IV- e ao próprio Papa. No que respeita a Parma, o governo espanhol procurava atenuar as condições impostas pelos franceses no armistício de Plaisance (9-5-1796). Mas o Directório, ao mesmo tempo que se mostrava pouco receptivo aos pedidos espanhóis, utilizara o interesse de Madrid por aquela causa como meio de pressão. Em troca de promessas vagas de que o caso iria ser considerado -na verdade Bonaparte conduzia, em Itália, uma política pessoal e autónoma em relação do poder de Paris-, obtiveram que a esquadra do almirante Richery, que tinha saído de Toulon a 14 de Setembro de 1795, e que estava imobilizada em Cádiz, bloqueada pelos barcos ingleses, fosse escoltada para fora daquele porto sob protecção da esquadra espanhola. Era um passo mais, um passo prático, no caminho da aliança militar entre a França e a Espanha. Mas existiam tensões entre os dois países, alimentadas pela questão italiana, por um lado, e pela questão portuguesa por outro. Recordemos que em ambas, o estipulado em Basileia previa a mediação espanhola para a negociação da paz.

Mesmo depois da formalização da aliança, em Agosto de 1796, a França pouco ou nada cedeu aos desejos espanhóis no que respeita a Itália, exigindo o pagamento de pesadas reparações. O tratado de paz com Parma, assinado a 5 de Novembro de 1796, confirmava os termos do armistício sem qualquer alívio.

No que respeita ao reino das Duas Sicílias, o interesse espanhol também era óbvio -era governado por um Bourbon, irmão do rei de Espanha. A rainha, Maria Catarina, detestava Godoy, e este viu nas negociações com a França uma oportunidade soberana para se vingar dela. A 5 de Outubro de 1796, o

reino das Duas Sicílias assinava com a França o armistício de Brescia. Godoy lembra, de imediato, que, segundo a Paz de Basileia, a mediação espanhola não podia ser ignorada, e que no momento de se firmar a paz definitiva, tal mediação teria que ser considerada.

Por fim, a Espanha celebrava o Tratado de Santo Ildefonso com a República Francesa a 8 de Agosto de 1796, declarando guerra à Grã-Bretanha a 7 de Outubro do mesmo ano. As relações luso-espanholas irão conhecer, a partir daí, uma nova fase, com uma crescente tensão motivada pelas pressões da França sobre o seu novo aliado, para que Portugal fosse obrigado a celebrar uma paz vantajosa com Paris. Por outro lado, o nosso país, que declarara a neutralidade frente ao conflito anglo-espanhol, via-se na contingência de ter de respeitar os tratados com a Grã-Bretanha, nomeadamente a concessão de facilidades às suas esquadras, sem hostilizar a Espanha, igualmente sua aliada.

No início de 1796, antes do agravamento das relações entre Portugal e Espanha, ocorreu um dos raros encontros entre os máximos responsáveis das monarquias peninsulares, os Reis Católicos Carlos IV e Maria Luísa e os Príncipes do Brasil, D. João e D. Carlota Joaquina.

Vejamos como decorreu esse encontro, uma verdadeira cimeira ibérica, pouco conhecida e raramente referida na nossa historiografia, que, infelizmente, não impediu ulteriores desenvolvimentos que conduziram à guerra entre os dois Estados.

O ENCONTRO DOS REIS CATÓLICOS COM OS PRÍNCIPES DE PORTUGAL

Este episódio não é aprofundado por Manuel Godoy nas suas *Memórias* mas, em contrapartida, o seu grande inimigo e crítico acérrimo, Andres Murriel, refere-se sumariamente a ele na sua *História de Carlos IV*:

“El Rey Carlos IV, libré ya del temor que le oprimía antes de concluir la paz con los franceses, pensó en ir a Sevilla a cumplir el voto que la reina había hecho de visitar el cuerpo de San Fernando, su glorioso abuelo, si el príncipe de Asturias lograba conservar la salud. Al paso para dicha ciudad resolvió descansar unos días en Badajoz, adonde vinieron sus hijos los príncipes de Portugal. Sus majestades partieron del Real Sitio de San Lorenzo el día 4 de enero, llevando en su compañía al príncipe don Fernando, al infante don Antonio Pascual y su esposa la infanta doña Maria Amalia, y al príncipe de Parma. Llegaron felizmente

el día 18 del mismo mes; allí vinieron el día 23 los príncipes del Brasil, el infante don Pedro y la princesa de Beira; y después de haber comido en público con Sus Majestades, se restituyeron al anochecer a la plaza de Yelves, adonde pasaron los reyes al día inmediato. Sus hijos les dieron un convite magnífico. Permaneció la Corte en Badajoz hasta el 15 de febrero, gozando de las dulces satisfacciones que le proporcionaba tan grata compañía. El príncipe de la Paz seguía al rey como primer ministro, y no pudo menos de complacerse también en volver a ver el pueblo de su nacimiento y en ostentar ante sus paisanos el singular alzamiento a que su suerte le había encumbrado. La Corte llegó a Sevilla el 18 febrero”⁷.

Para cumprir um voto formulado pela saúde do príncipe das Astúrias, Carlos IV e a rainha Maria Luísa decidiram visitar o Campo de S. Fernando. Partiram a 4 de Janeiro de 1796 de S. Lourenço do Escorial e empreenderam uma viagem a Sevilha, passando por Badajoz. Eram acompanhados pelo príncipe Fernando, pela infanta Maria Amélia e Maria Luísa, o marido desta, o príncipe de Parma, e o infante D. António Pascoal. Diogo de Carvalho e Sampaio, nosso embaixador em Madrid, também integrou a comitiva real, mas adiantou-se, chegando a Badajoz no dia 10 de Junho, quando os reis ainda estavam em Mérida. Manuel Godoy providenciara tudo para que ele ficasse bem alojado naquele primeira cidade - “por ordem do príncipe da Paz achei prevenido um belo quarto em uma excelente casa”⁸. Depois de um encontro com D. Luís Godoy em Badajoz, o embaixador português voltou a Mérida, onde pediu uma audiência ao príncipe da Paz, o qual o informou que os reis contavam chegar a Badajoz no dia 18, e que esperavam poder jantar ali a 19 com os príncipes de Portugal, e ser convidados para jantar no país vizinho no dia seguinte. Sucedeu como previsto, mas em datas diferentes.

D. João e D. Carlota Joaquina, acompanhados pelo infante D. Pedro Carlos⁹ tinham saído de Lisboa a 11 de Janeiro, embarcando na Ribeira das

⁷ Andres Muriel: *Historia de Carlos IV*, edición y estudio preliminar de Carlos Secco Serrano, Madrid, Atlas, Biblioteca de Autores Españoles, 1959, p. 261.

⁸ Ofício de Diogo de Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 11-1-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

⁹ D. Pedro Carlos António nascera em 1786. Era filho do Infante Gabriel António de Bourbon, terceiro filho de Carlos III de Espanha, e da Infanta D. Mariana Vitória Josefa, filha de D. Maria I. Ambos morreram de varíola em 1788, pelo que o jovem D. Pedro Carlos foi criado primeiro pelo avô, Carlos III, e depois por seu tio Carlos IV. Veio para Portugal em 1789, onde ficou durante alguns anos. Foi para o Brasil com o Príncipe D. João, e ali casou a sua prima co-irmã, D. Maria Teresa. Morreu no Rio de Janeiro em 1812.

Naus para a Aldeia Galega (Montijo), com destino a Vila Viçosa, onde chegaram na tarde do dia 13 de Janeiro¹⁰. O projectado encontro de dia 18 com os Reis Católicos não se realizou porque Carlota Joaquina esteve indisposta, pelo que se adiou a partida para Elvas, indo o infante D. Pedro Carlos a Badajoz cumprimentar ao monarcas espanhóis, acompanhado pelo 2º conde da Ega, Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha e por Luís Pinto de Sousa. Melhorando a princesa, puderam os príncipes portugueses partir para Elvas no dia 22, ali pernoitando. No dia seguinte partiram para Badajoz onde jantaram com os reis de Espanha¹¹. A *Gazeta de Lisboa* de 6 de Fevereiro descreve em pormenor o sucedido em Badajoz num longo artigo intitulado “Relação dos Encontros entre SS MM e AA Espanholas e os Príncipes NN SS”. D. João e D. Carlota Joaquina foram recebidos fora da praça por uma formação de Guardas de Corps, com cavalaria e infantaria:

*“em alas dentro da cidade até à casa onde estavam as Reais Pessoas Espanholas. O encontro foi muito interessante. O Monarca Católico veio receber a Sua Augusta Filha ao corredor que dava sobre a escada principal, e, sem se observar naquele acto coisa alguma que parecesse etiqueta da Corte, foram somente visíveis os sentimentos de um pai que havia muito tempo não via sua Filha, abraçando-se com uma ternura que interessou a todos. Com o Príncipe Nosso Senhor houve a mesma afetuosos cena, abraçando-se os Augustos Sogros e genro com as maiores demonstrações de cordial amizade”*¹².

A forma como a *Gazeta de Lisboa* descreve o acontecimento é minuciosa, e ilustrativa da cordialidade que rodeou o acto:

“a Corte do Monarca Católico era naquela ocasião muito numerosa e luzida; o aparato do encontro se aumentou com duas salvas de artilharia etc. Acabado o jantar, mandou S. M. Católica vir alguns dos seus cavalos para executarem alguns manejos de Arte equestre diante do

¹⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 2, 12 de Janeiro de 1796, p. 4.

¹¹ “El Sábado 13 recibieron á SS MM en la citada ciudad de Badajoz á los Príncipes de Brasil, que no habian podido venir antes á causa de la hinchazón que padecía en la cara la Sra. Princesa”. *Gaceta de Madrid*, 29-1-1796, p. 86.

¹² “Relação dos Encontros entre SS MM e AA Espanholas e os Príncipes NN SS”, *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, 6 de Fevereiro de 1796, Segundo Suplemento, pp. 2 e 3.

*Príncipe N. S., a quem fez presente de seis dos mesmos cavalos; além disso, SS MM Católicas fizeram outros magníficos presentes a SS AA RR. Á despedida, que foi custosa, ofereceu uma bem terna cena. SS MM Católicas, o Príncipe das Astúrias, as três Senhoras Infantas suas Irmãs, o Senhor Infante D. António e o Duque de Parma ficaram então convidados para virem jantar a Elvas no dia 24 com os Príncipes NN SS*¹³.

Assim sucedeu.

Socorramo-nos da *Gazeta de Lisboa* para reconstituir os pormenores do evento:

*“as mesas foram tão sumptuosas como bem servidas, e nada houve de etiquetas. Os Príncipes NN SS fizeram presentes próprios da sua generosidade a todas as Reais Pessoas Espanholas; e, em lugar do manejo equestre, quis o Monarca Católico ver desfilar as nossas tropas. Para esse fim saiu SM do paço de Elvas com o Príncipe N. S. na carruagem do segundo, e foram para fora da cidade; a tropa que se achava postada naquela ocasião eram dois Regimentos de Infantaria de Serpa e primeiro de Elvas, com dois Esquadrões, um Regimento de Cavalaria de Évora e outro do de Elvas. Depois de feitas as continências, formaram-se aquelas tropas em colunas e desfilaram pelo lado as carruagem, merecendo as evoluções que fizeram grande louvor de parte de SM Católica, que depois voltou com as demais Pessoas Reais Espanholas para Badajoz*¹⁴.

A *Gazeta de Lisboa* de 29 de Janeiro de 1796, informava, a propósito da ida a Badajoz dos Príncipes do Brasil, que eles

“foram recebidos com as maiores demonstrações de cordial afecto, e tratados com a mais esplêndida magnificência, achando-se a Corte em uniforme de grande gala. Todo o povo deu sinais de grande júbilo, e a cidade se iluminou à noite. Os nossos Augustos Príncipes voltaram a dormir a Elvas, a onde a 24 vieram Suas Majestade e Altezas Espanholas jantar, sendo tratados com um luzimento nada inferior. Dizia-se que toda a Augusta companhia iria a Vila Viçosa, onde Suas Majestade e Altezas

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.V. também a *Gazeta de Lisboa*, nº 4, 29 de Janeiro de 1796, Suplemento, p. 4.

espanholas se demorariam por três dias. Entre aquelas Reais Pessoas se fizeram presentes dignos da sua grandeza”¹⁵.

A forma como a *Gazeta de Lisboa* descreve o acontecimento é minuciosa, em contraste com o estilo sintético da *Gazeta de Madrid*, que apenas dedica ao assunto duas dezenas de linhas, e ilustrativa da cordialidade que rodeou o acto:

“Comieron todos juntos en publico con SSMM y AA, y se restituieron al anocheecer á la plaza de Yelves. Al dia siguiente pasaron SS MM y AA á dicha plaza, donde los esperaban á comer los Sres. Principes del Brasil, y regresaron felizmente á Badajoz, concludo el convite, en la tarde del mismo dia. Un numeroso y lucido concurso fue testigo del reciproco júbilo, satisfacción y contento de ambas partes que solemnizó tan augustas visitas, acompañadas del general regocijo y alegría con que los pueblos demostraron su amor á los Soberanos”¹⁶.

Os Príncipes de Portugal regressaram no dia seguinte a Vila Viçosa, ficando acordado que os Reis Católicos iriam àquela localidade para uma caçada na tapada, onde se lhes prepararia uma batida. No dia 26 chegaram algumas bagagens dos monarcas, com a indicação de que eles estariam em Vila Viçosa no dia seguinte.

O balanço dos encontros de Badajoz e de Elvas não podia ser melhor, embora nada se saiba do que ali foi tratado. Teriam os soberanos falado das relações entre Portugal e Espanha num momento tão delicado da situação europeia? A correspondência de Carvalho e Sampaio nada diz. Mas através dela sabemos que os Reis Católicos não escondiam o seu agrado, mesmo através de pequenos gestos cheios de significado, como o que o nosso embaixador revelava, em carta de 26 de Janeiro para Luís Pinto de Sousa:

“Sua Majestade a rainha pôs ontem as jóias que lhe regalaram os Principes Nossos Senhores, e as mostrou na Corte com a maior complacência”¹⁷.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, nº 4, 29 de Janeiro de 1796, Suplemento, p. 4

¹⁶ *Gaceta de Madrid*, 29-1-1796, pp. 66 e 87.

¹⁷ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 26-1-1796, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros (ANTT, MNE), Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

Continuava de pé a hipótese de os monarcas espanhóis irem a Vila Viçosa, na sua viagem para Sevilha, mas as fortes chuvadas entretanto caídas provocaram inundações nas ribeiras, tornando os caminhos intransitáveis. Uma ponte sobre o Caia, que ruiu, impossibilitou Carlos IV de fazer a viagem, embora ele o tenha tentado por três vezes. Em carta de 27 de Janeiro de 1796, datada de Badajoz, Manuel Godoy informava Luís Pinto de Sousa:

“Deseando aprovechar el Rey mi Señor del buen tiempo que se presenta para hacer la Batida de Villa Viciosa, de que ha hablado con el Exm^o Señor Principe del Brasil, me manda decir a Vuestra Excelencia que si la Ribera de Caya que se ha llevado el puente estuviese vadeable para pasado mañana jueves 28 de corriente, y le fuese cómodo à Sua Alteza podrá verificarse en dicho día aquella batida. Que Su Majestad saldrá de aquí a las 5 de la mañana, que comerá con igual gusto en el campo, ó en cualquiera otro paraje que quiera Sua Alteza à cuya voluntad y arbitrio deja enteramente la disposición de todo; en el supuesto de que Su Majestad volverá à dormir à esta ciudad el mismo día”¹⁸.

No dia seguinte, nova carta de Godoy para o mesmo Ministro dava conta de que a situação não se alterara:

“A causa del temporal de continuas lluvias que experimentamos no es posible que el Rey mi Señor verifique mañana su proyectado viaje y batida à Villa Viciosa porque estarán impracticables los vados de los rios y arroyos; y aunque ya había prevenido à Vuestra Excelencia en mi carta de antes de ayer que Su Majestad pensaba en hacer dicha batida mañana Jueves si la Ribera del Caya que se había llevado el Puente estuviese vadeable, he crido preciso despachar este correo para informar positivamente à Vuestra Excelencia de la imposibilidad de que pueda disfrutar por ahora Su Majestad de la diversión de la expresada batida”¹⁹.

¹⁸ Manuel Godoy para Luís Pinto de Sousa, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

¹⁹ Manuel Godoy para Luís Pinto de Sousa, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

A 31 de Janeiro, de novo Godoy dava conta que

“he visto el disgusto que había causado à Sus Altezas el que las continuas lluvias que experimentamos hayan impedido el Rey mi Señor su viaje à Villaviciosa.

Aseguro à Vuestra Excelencia que Su Majestad tendrá la mayor satisfacción si el tiempo lo permite en disfrutar de la amable compañía de su amada Hija y queridos sobrinos”²⁰.

Foi necessário adiar a viagem, mas o projecto de visitar Vila Viçosa continuava de pé.

O nosso embaixador perguntou confidencialmente ao príncipe da Paz se deveria regressar a Madrid, onde o esperaram negócios importantes, ou se seria mais aconselhável seguir na comitiva real em direcção a Sevilha, ao que Manuel Godoy lhe respondeu que

“lhe parecia indispensável que eu seguisse Suas Majestades Católicas tanto pelas razões de Família que agora ocorrem, como porque esperava em Sevilha o Embaixador da França, e que necessariamente eu me devia ali achar para conferirmos sobre os negócios actuais e vermos se os poderíamos terminar com as vantagens que esta Corte desejava”.

Um dos sintomas do bom relacionamento entre ambas as Cortes era a possibilidade de o nosso representante diplomático ser considerado “embaixador de Família”²¹.

Para além das comunicações epistolares que manteve com o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Manuel Godoy chamou Carvalho e Sampaio ao seus aposentos e comunicou-lhe o sentir dos monarcas:

“que tanto El-Rey como a rainha desejavam de todo o coração ver os Príncipes seus Filhos, antes de partirem para Sevilha, e que vira mais de uma vez lançar lágrimas à rainha, com pena de ver que o tempo e os maus caminhos tinham feito impossível estas visitas (...). Que visto as moléstias da Rainha não lhe permitiram o ir a Vila Viçosa, que Suas Majestades Católicas desejavam que os Príncipes Nossos Senhores viessem

²⁰ Manuel Godoy para Luís Pinto de Sousa, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

²¹ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 1-2-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

aqui jantar um dia; mas mui familiarmente e na mesma casa em que Suas Majestades se acham alojados; que esta visita podia ter lugar na Sexta ou no sábado, e que depois acompanhariam estes Soberanos os Príncipes seus Augustos Filhos até ao Caia, ou mais adiante se o tempo o permitisse (...). E finalmente me disse este Ministro de Estado que esta visita pudesse ter lugar; para que ambas as nações ficassem mais que convencidas da cordialidade e sincera união que felizmente existe entre ambas as Cortes”²².

Parece sincero o interesse de Godoy e dos Reis Católicos na concretização da visita, e o que ela significaria na relação entre os dois países. Como reconhecimento pelo papel desempenhado nesse encontro, o governo português dispôs-se a agraciar o príncipe da Paz com a Ordem de Cristo ou de Avis. A sondagem feita foi positiva, declarando Manuel Godoy que receberia essa distinção “com o maior gosto e reconhecimento”²³, pelo que pediria autorização para tal aos monarcas. Optou pela Ordem de Cristo, cujo colar lhe foi entregue nos finais de Março, e que recebeu “com suma alegria, e com expressões do maior reconhecimento”²⁴. Também Carvalho e Sampaio foi agraciado pelo príncipe com a administração da comenda da Ordem de Cristo de Água Longa, bispado do Porto.

Impossibilitados de se deslocarem a Vila Viçosa, Carlos IV e a sua comitiva acabaram por seguir em direcção a Sevilha, onde chegaram a 18 de Fevereiro. A 28 do mesmo mês, Manuel Godoy escrevia a Luís Pinto de Sousa:

“Habiendo resuelto Sus Majestades emprender mañana su viaje à Cádiz no han querido partir de Sevilla sin contestar à las cartas de sus amados Hijos los Señores Príncipes del Brasil, y así acompaño à Vuestra Excelencia las cuatro adjuntas cartas que espero se servirá Vuestra Excelencia entregar luego à Sus Altezas”²⁵.

²² Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 10-2-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642

²³ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 13-2-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642

²⁴ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 1-4-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642

²⁵ Manuel Godoy para Luís Pinto de Sousa, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

Os Reis Católicos permaneceram em Sevilha até dia 29, partindo então para Cádiz. Enquanto isso, Diogo de Carvalho e Sampaio era formalmente considerado “Embaixador de Família”, com entrada no Conselho de Estado, uma deferência com que, mais uma vez, os monarcas espanhóis quiseram sublinhar o seu interesse por manter boas relações com Portugal. No regresso desta deslocação à Andaluzia, a comitiva esteve em Cádiz a 2 de Março, depois em Córdoba a 10 e finalmente em Aranjuez a 22 do mesmo mês. O relacionamento com Portugal era amistoso e foi reforçado pelos encontros em Elvas e em Badajoz, mas voltavam as preocupações habituais. E uma delas, particularmente importante, era a grande frota -mais de 60 navios mercantes- que era esperada em Portugal, vinda da Baía, Brasil, e cuja segurança constituiu uma preocupação do governo português. Embora escoltada por 5 naus, 6 fragatas e 2 outros barcos, aos quais se juntaram 3 naus da Índia, a actividade dos barcos corsários franceses era intensa, alguns deles actuando junto à costa espanhola, como era o caso do *La Golondrine*, que operava junto à Galiza. Em Londres, Portugal solicitou ajuda inglesa, sem resultados. Em Madrid, Carvalho e Sampaio recebeu instruções de Luís Pinto de Sousa para pedir auxílio à Espanha, a que continuávamos ligados por tratados militares, no sentido de ser disponibilizada escolta espanhola para a esquadra do Brasil, que se supunha então perto das ilhas do Corvo e Flores. Concretamente, pediram-se 4 naus de linha e 2 fragatas. Dado o estado das relações entre a Espanha e a França, tal ajuda era mais que improvável. Foi o que Godoy explicou ao embaixador português:

*“se a Espanha desse agora este auxilio a Portugal, não só romperia as negociações de neutralidade que vai estabelecer-se, mas que seria o motivo de um novo rompimento entre a França e a Espanha, o que certamente incomodaria muito mais a Portugal do que a falta deste auxilio”*²⁶.

Se Portugal estava empenhado em negociar um estatuto de neutralidade com a França, e para isso contava com os bons ofícios da Espanha, um rompimento entre estes dois países acabaria por resultar danoso para os objectivos portugueses. Mais prejudicial ainda que a perda da esquadra e das riquezas que transportava. Novas diligências para o auxílio à esquadra foram

²⁶ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 1-4-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642

feitas nos finais de Abril, tanto mais que havia notícias de que junto aos Açores operavam 6 naus e 3 fragatas francesas, e que em Cádis estavam estacionadas 7 naus de linha da mesma nacionalidade. Mas tudo terminou em bem e a esquadra chegou a Lisboa a 23 de Julho de 1796, no meio de enormes manifestações de alegria da população e de alívio das autoridades e dos comerciantes que viam chegar em segurança as suas mercadorias.

No início de Abril de 1796, as relações entre os dois estados peninsulares eram boas, como Carvalho e Sampaio manifestava:

“Tenho a satisfação de assegurar a V. Ex^a que estes Soberanos conservam os sentimentos mais afectuosos e de maior carinho a respeito dos Príncipes Nossos Senhores e a Sua Real Família. O objecto da conversação de Suas Majestades assim na Corte como no circulo diplomático tem sido quase sempre a jornada de Badajoz relativamente às reciprocas visitas das duas familias Reais, e El-Rei não se cansa de repetir quanto sentiu que o rigor do Inverno o impedisse de ir a Vila Viçosa, menos pelo prazer da caça, que por não tornar a ver os Príncipes seus Filhos”²⁷.

O encontro de Elvas e de Badajoz ainda era evocado como símbolo das boas relações entre os dois Estados. Outros pequenos pormenores atestavam, simultaneamente, a cordialidade existente, como o fornecimento semanal de queijos portugueses, como informava Carvalho e Sampaio:

“tanto El-Rei como a Rainha me disseram hoje na Corte que os queijos de Portugal nunca tinham sido tão bons como este ano (...). Há um mês que vem todas as semanas quatro queijos, os quais tenho sempre mandado, dois para a mesa de El-Rei, e dois para a da Rainha”²⁸.

Infelizmente para ambos os países, as alianças que os tolhiam, a conjuntura europeia e, também, os interesses particulares não permitiram que esse clima de relativo bom entendimento se mantivesse como até então. Adensavam-se os sintomas de uma crescente deterioração das relações entre

²⁷ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 3-4-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

²⁸ Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, 19-4-1796, ANTT, MNE, Correspondência da Legação de Madrid, 1796, Caixa 642.

Lisboa e Madrid, agravados com a demissão de Manuel Godoy, em 1798. Nem o encontro de 1796, nem os laços familiares existentes entre as duas casas reinantes impedirão o conflito, previsível a partir de 1797, e que eclodirá em 1801.

UMA TESTEMUNHA INESPERADA: ROBERT SOUTHEY

Os preparativos para o encontro foram testemunhados por um viajante que passava, naquele momento, pela fronteira do Caia. Mas não era um viajante qualquer, tratava-se de Robert Southey, um dos mais notáveis escritores ingleses da época. Poeta e escritor, nasceu em Bristol em 1774 e morreu em Greta Hall, Keswick, em 1843. Amigo de Samuel Coleridge, esteve em Portugal em 1795 -seu tio, o reverendo Robert Hill, era capelão em Lisboa- e depois novamente em 1800 e 1801. Grande admirador de Portugal e da nossa literatura, possuía uma notável biblioteca de livros portugueses²⁹. Escreveu *Letters written during a journey in Spain and a short residence in Portugal* (Bristol, 1797; 2ª edição Londres, 1799), livro sob a forma de cartas escritas a um amigo. Seu filho, o reverendo Charles Cuthbert Southey organizou e publicou *Life and Correspondence of the late Robert Southey* (Londres, 1849-1850). Foi ainda autor de outras obras, como *The History of Brazil* (1810-1819) e *History of the Peninsular War* (1823-1832). Inédito ficou o diário onde registou notas sobre as viagens, mas que não contempla a viagem de 1796, e que só foi publicado em 1960: Robert Southey, *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838. Supplemented by Extracts from his Correspondence*, editado por Adolfo Cabral, Oxford, At the Clarendon Press, 1960. São, como é natural, apontamentos rápidos, sincopados, por vezes incoerentes.

Robert Southey partiu a 8 de Dezembro de 1795 de Falmouth com destino à Península Ibérica, chegando à Corunha a 13 daquele mês. Depois de ter

²⁹ Ver Adolfo Cabral: *Southey e Portugal 1774-1801. Aspectos de uma Biografia literária*, Lisboa, P. Fernandes, 1960. Para a relação com Espanha, mas com amplas referências a Portugal: Ludwig Pfandel, *Robert Southey und Spanien. Leben und Dichtung eines Englischen Romantikers unter dem Einflusse seiner Beziehungen zur Pyrenäischen Halbinsel*, Separata de *Revue Hispanique*, Tomo XXV VIII, New York-Paris, 1913,

passado 10 dias em Madrid, atravessava a fronteira entre Badajoz e Elvas a 21 de Janeiro de 1796 e viu os preparativos para o encontro entre os monarcas de Espanha e os príncipes do Brasil, que enquadrrou no quotidiano das burocracias, das alfândegas e das desconfianças:

"We travelled two leagues over a flat and un-pleasant country, which, Colmenar says, is sometimes so infested by grasshoppers that the King is obliged to send a body of men to bum them. Badajoz, the frontier town, then appeared at the distance of a league, with its fort; and three leagues beyond, the Portuguese town of Elvas, and fort La Lippe. A regiment of cavalry is encamped under the wall; the men indeed are in tents, but the horses have no shelter; and the rains are daily expected. At every gate of the fortifications we were examined, and delay to us was not only unpleasant but dangerous, lest the calessa should be embargoed. We drove to the custom-house, and if ever I were to write a mock heroic descent to the infernal regions, I would not forget to make the adventurer pass through one of these agreeable establishments. There is a heavy and oppressive duty laid on money here; a traveller will of course carry as little Spanish gold into Portugal as possible, for it is of no use to him on the road, and he will lose thirty per cento by the exchange; even the necessary expenses are not allowed. The town is full of horses and carriages, for which there is no shelter. We drove through the town immediately, and left the place by a very fine bridge over the Guadiana.

*About a league beyond runs a rivulet that separates the two kingdoms. The royal tent of Portugal is pitched on the bank, and a wooden bridge built for the meeting exactly where car-riages used to ford the stream. But vulgar wheels must not profane the bridge which shall be trod by the hoofs of their sacred Majesties horses! and we were obliged to pass the water where it was so deep as to wet our baggage. Here all was gaiety, and glad to have escaped from Spain, we partook of the gaiety of the scene. Booths were erected: the courtiers passing from one town to the other, and crowds from both thronging to see the royal tent. Yet even here when the two Courts are about to meet on such very uncommon terms of friend- ship, the national prejudices are evident."*³⁰

³⁰ Robert Southey, *Letters written during a journey in Spain and a short residence in Portugal*, Bristol, Biggs and Cottler, 1799, segunda edição, pp. 191 a 193.

Ao chegar a Lisboa, Southey escrevia ao seu amigo Robert Novel com data de 19 de Fevereiro:

“The meeting of the two Courts at Badajoz is supposed to have been political, and it was surmised that Spain meant to draw Portugal into an alliance with France: they, however, parted on bad terms. War with Spain is not improbable, and, if our minister knew how to conduct it, would amply repay the expenses of the execrable contest”³¹.

O poeta inglês, recém-chegado à Península, mostrava ser um observador perspicaz...

³¹ Robert Southey, Carta a Robert Novel, datada de Lisboa, 19 de Fevereiro de 1796. In Charles Cuthbert Southey, *Life and Correspondence of the late Robert Southey*, Londres, Longman, Brown, Green and Lognmans, Volume I, 1849, p. 265.

1058

ANTONIO VENTURA

BLANCA